

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

AL
fs
Ca.
Ceg
FOG
L
LGS
SMB
mg
LGS
Fahel

8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1 IDENTIFICAÇÃO

Designação: Instituto Superior Técnico

NIF: 501 507 930

Sede: Avenida Rovisco Pais, 1096-049, Lisboa

Atividade principal: Ensino Superior (CAE principal: 85420; CAE secundário: 86906)

Classificação Orgânica: 091033000

Tutela: Ministério da Educação e Ciência

Regime Financeiro: Autonomia Patrimonial, Administrativa e Financeira

8.1.2 LEGISLAÇÃO

O Instituto Superior Técnico (IST) foi criado em 23 de maio de 1911, por Decreto do Governo Provisório da República, no âmbito do Ministério do Fomento. Em 1930 foi criada a Universidade Técnica de Lisboa e nela se integrou o IST. Os estatutos do IST foram publicados no Diário da República, II Série, nº 120 de 25 de maio de 1990. Em 25 de setembro de 2013 houve alteração dos Estatutos do IST, publicados no Diário da República, II Série, nº 185.

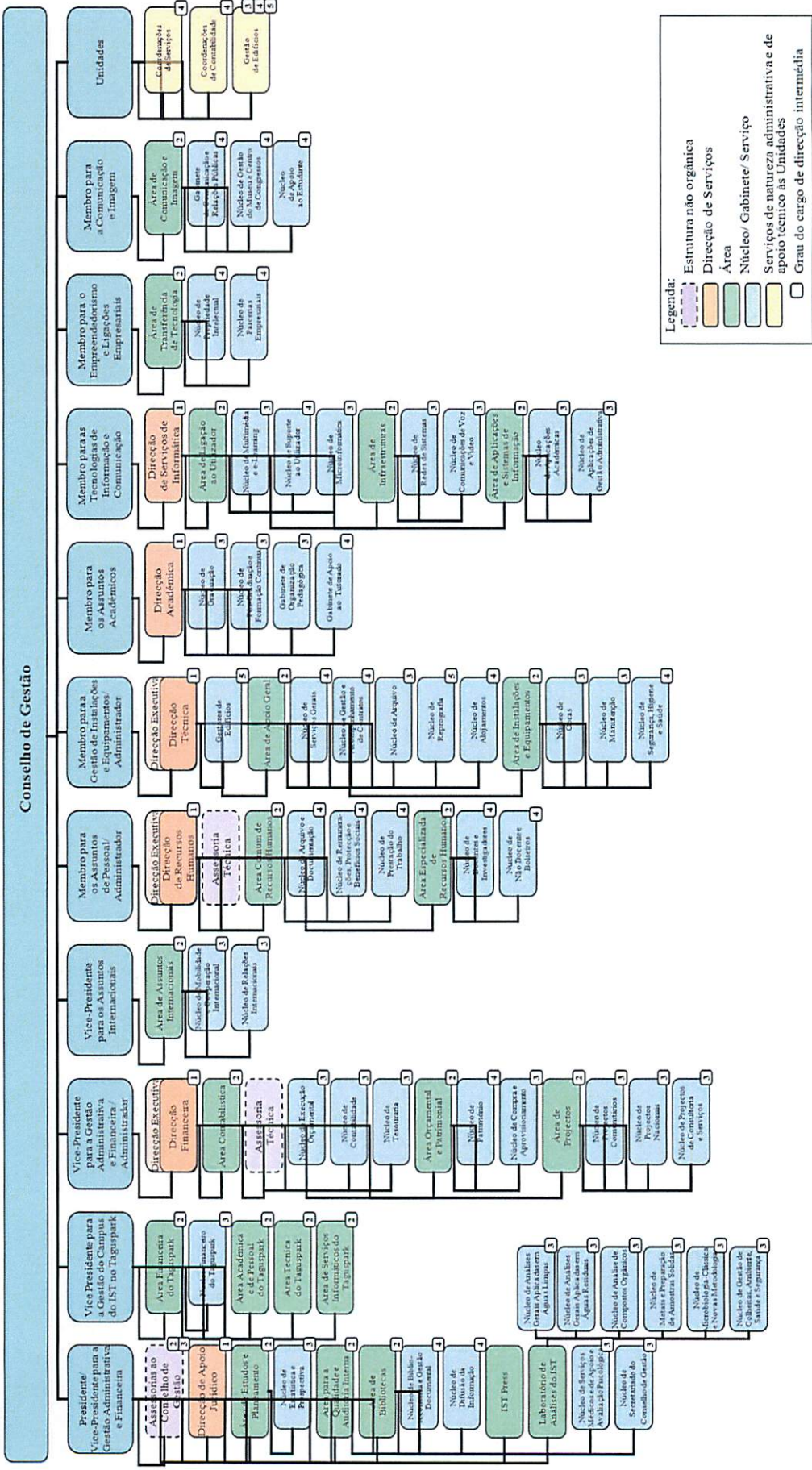
O Instituto Superior Técnico é uma pessoa coletiva de direito público, integrada na Universidade de Lisboa (UL) e dotada de autonomia estatutária, científica, cultural, pedagógica, administrativa, financeira e patrimonial.

O Decreto-Lei n.º 29/2012, de 9 de fevereiro, procede à integração do Instituto Tecnológico e Nuclear, assegurando a transferência da sua missão, das suas atribuições e competências, assim como a integração do seu pessoal e património, no Instituto Superior Técnico. Esta integração foi efetivada a 1 de maio de 2012.

No desenvolvimento de toda a sua atividade, o Instituto Superior Técnico rege-se pelas leis que regulam o Ensino Superior em Portugal, adotando igualmente as diretrizes internacionais aplicáveis, nomeadamente as decorrentes do Processo de Bolonha.

8.1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A 31 de dezembro de 2016, o organograma do Instituto Superior Técnico era o seguinte:



Legenda:

- Estrutura não orgânica
- Direcção de Serviços
- Área
- Núcleo/ Gabinete/ Serviço
- Serviços de natureza administrativa e de apoio técnico às Unidades
- Grau do cargo de direcção intermédia

Handwritten notes and signatures in blue ink, including initials like 'AS', 'LGS', 'JMS', and 'Fátima'.

8.1.4 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

O Instituto Superior Técnico tem como missão contribuir para o desenvolvimento da sociedade, promovendo um ensino superior de qualidade nas áreas de Engenharia, Arquitetura, Ciência e Tecnologia, nas vertentes de graduação, pós-graduação e formação ao longo da vida, e desenvolvendo atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (ID&I), essenciais para o progresso do conhecimento, e para ministrar um ensino ao nível dos mais elevados padrões internacionais.

As atividades desenvolvidas pelo Instituto Superior Técnico são, essencialmente, atividades de investigação científica e tecnológica, organização de cursos de 1º, 2º e 3º ciclos, de especialização e de formação profissional, atividades de divulgação cultural e científica e prestações de serviços nas áreas científicas.

8.1.5 RECURSOS HUMANOS

Os responsáveis pelos órgãos de gestão administrativa, patrimonial, financeira e dos recursos humanos do Instituto Superior Técnico são:

Conselho de Gestão:

Arlindo Manuel Limede de Oliveira (Presidente)

Rogério Anacleto Cordeiro Colaço (Vice-Presidente para a Gestão Administrativa e Financeira)

Luís Manuel de Jesus Sousa Correia (Vice-Presidente para a Gestão do Campus do Taguspark)

José Joaquim Gonçalves Marques (Vice-Presidente para a Gestão do Campus de Loures)

Nuno Alexandre de Brito Pedroso (Administrador)

Luís Miguel Teixeira D'Ávila Pinto da Silveira (Vice-Presidente para as Relações Internacionais)

Luís Guerra e Silva (Vice-Presidente para as Tecnologias de Informação e Comunicação)

Luís Manuel Soares dos Santos Castro (Vice-Presidente para os Assuntos de Pessoal)

Luís Miguel Veiga Vaz Caldas de Oliveira (Vice-Presidente para o Empreendedorismo e Ligações Empresariais)

Palmira Maria Martins Ferreira da Silva (Vice-Presidente para a Comunicação e Imagem)

Jorge Manuel Ferreira Morgado (Vice-Presidente para os Assuntos Académicos)

João Gomes Ferreira (Vice-Presidente para a Gestão de Instalações e Equipamentos)

Direção de serviços:

José Manuel Ramos Riscado (Direção Técnica)

Luís Miguel Marques Coimbra (Pessoal)

Pedro Augusto Corte-Real Vieira Meireles (Gabinete Jurídico)

No quadro seguinte discrimina-se o número médio de colaboradores, por categoria, ao serviço do Instituto Superior Técnico durante o exercício de 2016:

<u>Carreiras e Categorias</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal Docente:		
Prof. Catedrático	96	94
Prof. Catedrático Convidado	2	2
Prof. Associado	182	172
Prof. Associado Convidado	7	6
Prof. Auxiliar	377	383
Prof. Auxiliar Convidado	38	38
Assistente	-	2
Assistente Convidado	2	1
Assistente Estagiário	-	-
Monitor	-	2
Outros	-	-
	<u>704</u>	<u>700</u>
Pessoal Não Docente:		
Dirigente	74	74
Técnico Superior	208	197
Informática	29	29
Coordenador Técnico	5	6
Assistente Técnico	144	149
Encarregado operacional	2	2
Assistente operacional	73	78
Técnico operacional	-	-
Administrativo	-	-
Auxiliar	-	-
Contr. Termo Certo	-	-
Contr. Avença ou Tarefa	4	4
	<u>539</u>	<u>539</u>
Pessoal de Investigação:		
Investigador	114	118
Assistente	-	-
Estagiário	-	-
Técnico de Laboratório	-	-
	<u>114</u>	<u>118</u>
Total	<u>1.357</u>	<u>1.357</u>

At
 fs
 Cde.
 C. 197
 J. 209
 LGS
 SUS
 mag
 L. 4
 Entree
 ⚡

8.1.6 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

O Instituto Superior Técnico implementou o POCED a partir de 2002, por força da Legislação em vigor. Esta implementação apenas contemplou a contabilidade geral e orçamental. No que respeita à contabilidade analítica, o IST dispunha, no âmbito da Comunidade Europeia, de um modelo aprovado para cálculo da sua estrutura de custos em Fullcost, pelo que apenas no âmbito da revisão de tal modelo é possível compatibilizá-lo com o que prevê o POCED.

A organização do arquivo dos documentos de suporte é por número sequencial de registo contabilístico. Nos projetos de investigação e desenvolvimento, o arquivo é feito por projeto e por rubrica de projeto.

O sistema informático utilizado no IST, responde no essencial ao que o POCED exige. Tendo como suporte uma base de dados Oracle permite-nos várias operações de gestão, como a gestão de terceiros, gestão de tesouraria, gestão orçamental, gestão do imobilizado e contabilidade geral.

A estrutura contabilística do IST inclui:

- O Núcleo de Contabilidade, que gere patrimonialmente o orçamento de estado, os investimentos do plano e as receitas próprias internas da escola, onde se incluem os contratos de investigação e desenvolvimento com o exterior de todos os centros de investigação que não têm contabilidade própria.
- O Núcleo de Execução Orçamental, que gere o Orçamento básico da escola, os investimentos do plano, as receitas próprias internas da escola, todos os contratos de investigação e desenvolvimento com o exterior de todos os centros de investigação que não têm contabilidade própria.
- A Contabilidade de Centros de Investigação, que gere contratos de investigação e desenvolvimento com o exterior.
- A Contabilidade de algumas unidades académicas, que gere receitas próprias internas do departamento.

Assim, paralelamente à contabilidade central, existem algumas estruturas, incluindo Centros de Investigação e três departamentos, que funcionam com serviços autónomos de contabilidade.

O sistema de informação utilizado é centralizado. Os documentos contabilísticos são lançados na mesma base de dados. O que os distingue são os diários e a unidade de exploração.

O Instituto Superior Técnico possui um Manual de Procedimentos em vigor desde Março de 2008.

O IST não procede à elaboração de demonstrações financeiras intercalares.

8.1.7 OUTRA INFORMAÇÃO CONSIDERADA RELEVANTE

A Estrutura do IST inclui a Área para a Qualidade e Auditoria Interna que visa proporcionar um serviço independente e objetivo, destinado a acrescentar valor e melhorar os procedimentos operacionais do IST tendo como propósito contribuir para a melhoria dos desempenhos, para um sistema de controlo eficaz e para a promoção da qualidade. Uma das suas atividades é a auditoria interna, sendo uma atividade independente, objetiva e de aconselhamento desenhada para adicionar valor e melhorar as operações da organização. Deverá ajudar uma organização a atingir os seus objetivos pela abordagem sistemática e disciplinada no sentido de avaliar e melhorar a efetividade do sistema de controlo interno, de gestão de risco e processos de governo. Fazendo parte das suas funções, assegurar a uniformização e conformidade dos procedimentos, dispor de um sistema devidamente organizado, funcional e eficiente e detetar irregularidades e aplicar ações corretivas sempre com a supervisão do Conselho de Gestão.

O IST dispõe de manual de procedimentos, implementado com nova versão em 2011, sendo um conjunto de normas, procedimentos, funções, atividades, objetivos e orientações transversal a toda a estrutura organizativa do IST.

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos do Instituto Superior Técnico mantidos em conformidade com os princípios, métodos e critérios geralmente

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'AT' at the top, and various initials and signatures such as 'LGS', 'JMS', 'mg', 'Fatur', and a signature at the bottom.

aceites em Portugal e consignados no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Setor da Educação (POC – Educação), aprovado pela Portaria nº. 794/2000 de 20 de Setembro.

A elaboração daquelas demonstrações financeiras assentou, nomeadamente, nos princípios contabilísticos da consistência, da especialização dos exercícios, da prudência e da materialidade, no pressuposto da continuidade das operações.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade acima mencionado. Aquelas cuja numeração é omissa não se aplicam à realidade do Instituto Superior Técnico ou respeitam a fatores e situações não materialmente relevantes para a compreensão das suas demonstrações financeiras ou a factos não ocorridos durante os exercícios de 2015 e de 2016.

8.2.1 DERROGAÇÕES AO POC-EDUCAÇÃO

Foi derogado o princípio contabilístico do custo histórico, de acordo com o ponto 4.1.1 do POC – Educação, na valorização dos terrenos e edifícios, tendo estes sido registados pelo valor resultante da respetiva avaliação.

8.2.3 PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA

Os principais critérios valorimétricos e contabilísticos utilizados pelo Instituto Superior Técnico na preparação das suas demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Imobilizações corpóreas

As demonstrações financeiras obedecem ao princípio contabilístico do custo histórico, exceto no que se refere ao ativo imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 1992, que foi avaliado por duas empresas da especialidade, encontrando-se refletido em balanço o menor valor global das avaliações efetuadas e no que se refere à integração do Instituto Tecnológico e Nuclear cujos custos históricos dos edifícios não eram conhecidos foram avaliados ao custo de reconstrução.

A exceção referida de avaliação resulta do facto de desde a data da sua constituição, em 1911, até 31 de dezembro de 1992, o IST ter seguido os princípios da contabilidade pública na preparação das suas contas. Neste contexto, não foi possível recorrer à documentação de suporte que permitisse registar pelo custo de aquisição os bens patrimoniais adquiridos até 31 de dezembro de 1992.

Os bens do ativo imobilizado adquiridos até 31 de dezembro de 1992 foram avaliados e incorporados nas demonstrações financeiras de 1993, pelos seguintes valores:

Imobilizado	Avaliação a 31/12/92
Terrenos e recursos naturais	11.937.954,53
Edifícios e outras construções	47.754.651,29
Equipamento básico	10.873.639,53
Equipamento de transporte	26.935,09
Ferramentas e utensílios	148.746,52
Equipamento administrativo	377.440,37

Os Terrenos e recursos naturais foram registados por contrapartida da rubrica de Património e o restante imobilizado foi registado por contrapartida de Proveitos diferidos (Subsídios ao investimento).

As demonstrações financeiras não compreendem os bens que integram os museus do IST, nem o material de cultura das bibliotecas adquirido antes de 31 de dezembro de 1992, devido a dificuldades técnicas na sua avaliação.

As imobilizações corpóreas adquiridas após 1 de janeiro de 1993, encontram-se registadas ao custo de aquisição, com as exceções a seguir mencionadas:

- Em 1994, após conclusão da sua avaliação, de acordo com um estudo elaborado por uma entidade especializada, foram incorporados no imobilizado do IST, dois edifícios no montante de 4.302.131,86 euros.
- Em 1998, foi registado no imobilizado por contrapartida de Fundos Próprios, um lote de terreno com a área de 116.960m² no Parque de Ciência e Tecnologia de Oeiras, com o valor de 5.833.940 euros, resultante da cedência pelo Tagusparque – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A., do direito de superfície perpétuo e gratuito.

Conforme se referiu, as imobilizações adquiridas até 1992 foram integradas nas demonstrações financeiras pelo valor por que foram avaliadas, tendo-se creditado a rubrica “Proveitos Diferidos” por forma a reconhecer o benefício económico proporcionado pela utilização dos bens nos mesmos exercícios em que forem sendo registadas as correspondentes amortizações. Foi adotado idêntico procedimento para os bens do imobilizado financiados por subsídios ou donativos específicos.

Em 2004, no âmbito de implementação do Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE), o IST procedeu à inventariação completa dos seus bens móveis, bem como à avaliação dos seus bens imóveis, de acordo com a metodologia da Portaria nº. 671/2000 de 17 de abril, passando a usar desde essa data as taxas de amortização determinadas pela referida portaria.

Os Edifícios adquiridos até 31 de dezembro de 1992, em virtude da aplicação da Portaria 671/2000 passaram de uma taxa de amortização de 5% para 1,25% o que se traduz numa alteração da vida útil estimada.

Tratando-se de bens cuja aquisição foi subsidiada é nulo o impacto nos Capitais Próprios, podendo no entanto o Ativo Líquido estar subavaliado no montante máximo de 2.560.000,00€ e a respetiva rubrica de proveitos diferidos.

Os bens do ativo imobilizado adquiridos até 31 de dezembro de 2004 foram avaliados e incorporados nas demonstrações financeiras de 2005, pelos seguintes valores:

Imobilizado	Valor Imobilizado Bruto	Amortizações Acumuladas
Equipamento básico	12.252.006,96	3.994.708,21
Equipamento de transporte	49.602,24	14.185,43
Ferramentas e utensílios	2.288,63	793,66
Equipamento administrativo	6.485.056,73	2.756.156,41
Outras imobilizações corpóreas	11.857.938,39	11.076.833,85
Total	30.646.892,95	17.842.677,56

O registo desta avaliação resultou num aumento do Imobilizado líquido de cerca de 2 milhões de euros, referente a bens adquiridos antes de 2004, e que foram registados por contrapartida da rubrica de Património em Fundos Próprios.

No que se refere aos “ Livros e Documentação Técnica”, “Jornais Oficiais” e “Diários da República” o valor considerado foi o valor a 31/12/2004, ou seja o valor histórico, que totaliza 11.971.492,07€, incluídos na conta 429 – Outras imobilizações Corpóreas”.

No que respeita aos bens imóveis, a referida avaliação não foi incluída nas contas, pois aguarda-se pelo parecer da Direção Geral de Património.

O Instituto Tecnológico e Nuclear foi integrado no IST em 1 de maio de 2012.

Método de integração

O ITN a nível do imobilizado, apenas efetuou o registo das aquisições dos bens móveis e imóveis na contabilidade, não tendo procedido à inventariação dos bens adquiridos anualmente, assim como, não efetuou anualmente o cálculo das amortizações.

Com a integração do ex-ITN no IST procedeu-se ao levantamento dos bens adquiridos desde 01.01.2001 a 30.04.2012 com base no processo de aquisição, ou seja, com base no custo histórico.

Este trabalho foi efetuado apenas a partir do ano 2001, em virtude do ITN não dispor dos documentos de aquisição dos bens anteriores a este ano, nem do seu registo discriminado.

Com base nos processos de aquisição e em confrontação com os registos efetuados nas contas 4 na contabilidade, nos diversos anos, efetuou-se o registo anual de todos os bens a nível da classificação CIBE e ao custo histórico.

Numa primeira fase, o trabalho efetuado não foi registado no modulo de imobilizado utilizado no IST dado não se dispor de toda a informação a constar na ficha dos bens, nomeadamente a localização.

O levantamento efetuado relativamente a cada bem dispõe de informação a nível de:

- Classificador geral do CIBE
- Afetação POC (conta da classe 4)
- Fonte de financiamento
- Valor de aquisição, IVA e valor máximo fiscal.

Avaliação dos Imóveis do ITN

Face à necessidade de determinação do valor patrimonial dos imóveis, para efeitos de registo no balanço do ITN à data de 30-04-2012, e posterior integração do Balanço do IST relativo ao exercício de 2012.

Foram adotados os seguintes procedimentos e critérios:

1. Identificação de todos os imóveis do ITN em uso ou na sua posse à data de 30/04/2012 para os quais não existe valor de aquisição e/ou construção conhecido.
2. Determinada a sua área de implantação e área bruta edificada.
3. Identificada a data de construção dos imóveis

4. De acordo com o estipulado no n.º 1 e n.º 2 do Artigo 20º¹ do CIBE² foi calculado o seu valor atual de edificação, com base nos seguintes pressupostos:
- O valor de construção por m2 para habitação definido na portaria n.º 64/2012 de 20 de março no montante de € 634,19.
 - Os seguintes coeficientes a aplicar ao valor base de construção de acordo com a natureza de cada edifício, conforme procedimento normalmente utilizado pelo mercado segurador para determinação do valor de reconstrução para efeitos de seguro de imóveis.
 - Edifício de escritórios 60%
 - Pavilhão industrial 50%
 - Garagem 40%
5. Foram calculadas as depreciações sofridas tendo por base as taxas definidas no CIBE para o tipo de construção.

Desta forma foram assim obtidos os seguintes valores globais com referência à data de 30 de abril de 2012:

Valor bruto dos edifícios	8.329.747,77
Amortização acumulada	3.698.103,90
Valor líquido	4.631.643,87

Os edifícios dos anos 2003, 2008 e 2012 têm custo histórico conhecido.

Com os elementos acima descritos foi possível calcular o valor das amortizações anuais e acumuladas.

No que concerne às amortizações do exercício do ano 2012, as mesmas foram segregadas nas respetivas partes por cada instituição.

Ou seja, os quatro primeiros duodécimos respeitam às contas do exercício de 2012 do ITN enquanto instituição, e os restantes oito duodécimos foram registados nas contas do IST.

Conta 48	ARE ITN até 30.04.2012 (4M)	ARE IST 01.05 a 31.12.2012 (8M)
4822	40.596,76	81.193,53
4823	374.165,87	728.266,64
4825	1.532,68	1.305,29
4826	25.025,17	42.780,10
4829	0	0
Total	441.320,48	853.545,57

¹ Artigo 20º Avaliações

1 - As avaliações a que houver lugar por força destas instruções devem basear-se nos preços correntes de mercado e identificar os valores de forma autónoma: do terreno, das edificações, do capital arbóreo ou de outras benfeitorias, avaliados ao seu valor actual.

2 - Entende-se por «valor atual das edificações» o montante que seria necessário para construir o imóvel em estado de novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até à data da avaliação, sempre que tal se verifique.

² portaria n.º 671/2000 de 17 de abril

Regularizações na Conta 42

No ano 2003 e 2004 ocorreu uma duplicação de registo dos mesmos bens, dado que em 2003 foi feita a aquisição e em 2004 procederam ao respetivo pagamento.

O ITN posteriormente procedeu à correção da duplicação, mas considerando proveitos extraordinários e não creditando as respetivas contas da 42.

Em virtude dos bens terem sido adquiridos e colocados em utilização no ano 2003, a nível do inventário dos bens considerou-se estes bens no ano 2003 e os mesmos começaram a constar nas amortizações desse ano.

Registos duplicados no ITN nos anos 2003 e 2004

Processo	MI: Ano 2003	MI: Ano 2004	Conta
201298/03	4.602,92	0	423
300160/04		0	
200977/03	868,7	0	423
200019/04		0	
200360/03	1.566,30	0	423
200036/04		0	
201748/03	4.119,99	0	423
200046/04		0	
201747/03	5.300,00	0	423
200047/04		0	
TOTAL	16.457,91	0	

Registos duplicados no ITN nos anos 2003 e 2004

Processo	MI: Ano 2003	MI: Ano 2004	Conta
D0572	4.602,92	0	423
300160/04		0	

No ano 2008, o processo D0572, que passou para o processo O0167 de 2009, foi lançado na conta 423 por 32.246,50€ (26.250,00€ BEM + 5.996,50€ IVA a 21%), mas a fatura tinha o valor de 31.500,00€ (26.250,00€ BEM + 5.250,00€ IVA a 20%).

No ano de 2009, na contabilidade foi feita uma regularização do valor, mas entre a conta do IVA e a de Proveitos, implicando uma incorreção em excesso na conta 423 no montante 746,50€; (32.246,50€ - 31.500,00€).

Na inventariação do ano 2008, este bem foi considerado pelo montante correto, 31.500,00 €.

A construção do edifício LETAL tem duas parcelas compostas pelos processos:

- 2008/79, 80 e 81, no montante de € 175.642,30
- 2008/A801-13, no montante de € 295.516,29

Na contabilidade do ITN, a parcela referente aos processos 2008/A801-13 foram registadas na conta 423, mas de acordo com indicações da Direção do CTN este documento refere-se à construção do edifício.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including initials and various scribbles.

De acordo com esta indicação, no imobilizado estes processos foram afetos à conta 422 e ao CIBE de imóveis.

Esta retificação implica uma divergência entre a contabilidade e o imobilizado do ano 2008, no montante de 295.516,29€ entre as contas 422 e 423.

CTN – ARE de 2015 referentes aos bens adquiridos desde 2001 até 30.04.2012

No seguimento dos trabalhos de imobilizado iniciados em 2012 com a integração do ITN no IST, onde foram recalculadas as amortizações do período de 01.01.2001 a 31.12.2012:

- para os bens móveis adquiridos no mesmo período, com base no custo histórico.
- para os bens imóveis, com base na avaliação efetuada em 2012 (conforme notas anexas às contas de 2012)

No ano 2013, iniciou-se a 2ª fase dos trabalhos, procedendo-se à verificação física dos bens existentes no Pólo de Loures. Este trabalho foi continuado durante o ano de 2014, 2015 e 2016, não tendo sido possível terminar integralmente neste ano.

Consideramos que esta verificação e integração deste levantamento no módulo de imobilizado do IST (no sistema GIAF) será efetuada no decorrer do ano 2017.

Com base no acima exposto, constam nas contas do IST do ano 2016 os montantes abaixo apresentados, no que concerne às amortizações do exercício de 2016:

Amortizações:

CONTA	ARE 2016
4822	121.790,29
4823	307.383,16
4825	1.613,87
4826	3.834,79
4829	0
Total	434.622,11

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including initials 'AR', 'F', 'C', 'LGS', 'JMS', and 'fa. hew'.

Discriminação das amortizações:

AMORTIZAÇÕES CTN - ANO 2016			
Conta AA	Ano Bem	ARE 2016	Total
4822		121.790,29	121.790,29
4823	2008	8.217,11	
4825	2008	0,00	
4826	2008	379,75	8.596,86
4823	2009	88.304,02	
4825	2009	356,05	
4826	2009	798,19	89.458,25
4823	2010	190.238,46	
4825	2010	1.149,05	
4826	2010	75,38	191.462,89
4823	2011	16.070,82	
4825	2011	108,78	
4826	2011	2.562,33	18.741,92
4823	2012	4.552,76	
4826	2012	19,14	4.571,90
	TOTAL		434.622,11

AF →
 CA
 Jey
 JCS
 LGS
 AUS
 Wey
 JCS
 Faturado
 F

Abates

Não existiram abates no ano 2016 no CTN.

Amortizações

As amortizações são calculadas sobre o valor de custo ou valor de mercado, quando aplicável, pelo método das quotas constantes, por duodécimos, começando a amortização no mês em que o bem inicia a sua utilização e sendo contabilizada por débito na demonstração de resultados de cada exercício. As taxas de amortização aplicadas são as que constam no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, regulamentado pela Portaria nº. 671/2000 de 17 de abril, e refletem a vida útil estimada dos bens como segue:

Rubrica	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	20 a 80
Equipamento básico	3 a 14
Equipamento de transporte	6 a 10
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 8
Outras imobilizações corpóreas	3 a 8

A amortização dos edifícios que foram objeto de avaliação é efetuada ao longo da vida útil remanescente, estimada pelos avaliadores independentes.

Os custos de manutenção e reparação que não aumentam os benefícios económicos e/ou a vida útil dos bens de imobilizado são registados como custos do exercício em que ocorrem.

Os custos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo, sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos bens de imobilizado são determinadas pela diferença, à data da venda, entre o preço de venda e o seu valor líquido contabilístico, sendo registadas na demonstração dos resultados como ganhos ou perdas em imobilizações.

Imobilizações em curso

O imobilizado em curso está registado ao custo de aquisição e corresponde aos ativos que se encontram, à data de 31 de dezembro de 2016 em fase de construção ou montagem. Estes ativos só são amortizados a partir do momento em que se encontrem em estado de uso, sendo, nessa altura, transferidos para imobilizado firme.

Relativamente à integração do ITN no IST a partir de 1 de maio de 2012 refere-se o seguinte:

O balancete do ITN até 30.04.2012 contem valores nas contas 44. Estes valores referem-se a movimentos efetuados em anos anteriores, nomeadamente em 2001.

Com base na documentação disponível pode-se verificar que parte dos movimentos ainda existentes na conta 44 já estavam terminados e o bem em utilização.

Perante este facto foi efetuada a passagem para as respetivas contas da 42 no ano da evidencia e calculada a respetiva amortização a partir dessa data.

Regularização Conta 44 no Ano 2002		
	Conta 422	Conta 44
Proc. De Ano 2002	152.891,50	-152.891,50

Regularização Conta 44 no Ano 2003			
	Conta 422	Conta 423	Conta 44
Proc. De Ano 2001	564.867,06		-564.867,06
Proc. De Ano 2002	641.895,49		-641.895,49
Proc. De Ano 2003	111.090,49	5.938,10	-117.028,59
Total	1.317.853,04	5.938,10	-1.323.791,14

Investimentos financeiros

Os Investimentos Financeiros em partes de capital encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, segundo o qual as participações financeiras são ajustadas anualmente, de forma a corresponderem à proporção detida nos capitais próprios da entidade associada. O montante a ajustar é reconhecido na demonstração de resultados do exercício, na rubrica de custos ou proveitos financeiros

preconizada para o efeito, consoante aquele montante represente, respetivamente, uma perda ou um ganho para o Instituto Superior Técnico.

São constituídas provisões para investimentos financeiros caso se verifiquem perdas de valor consideradas permanentes.

Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição, posteriormente reduzidas ao seu valor estimado de realização (valor realizável líquido), se este for inferior. Estes ajustamentos são constituídos pela diferença entre o custo de aquisição e o correspondente valor de realização, sempre que este se revela inferior. As saídas são custeadas pelo critério do custo médio ponderado.

Provisões para cobrança duvidosa

As provisões para cobranças duvidosas são constituídas mediante a análise da antiguidade das dívidas, tendo por base a avaliação do risco individual de cada devedor, face às informações disponíveis no final do exercício.

Em regra, a constituição de provisões para cobrança duvidosa é efetuada de acordo com a política descrita no ponto 2.7 do POC – Educação. São constituídas para os créditos, que não do Estado (sentido lato), em mora há mais de 12 meses desde a data do respetivo vencimento e para as quais existam diligências para o seu recebimento. Relativamente às dívidas dos alunos, são constituídas provisões para as dívidas que estejam em mora há mais de 24 meses. A taxa de provisão considerada é de 100%.

Outras provisões

São reconhecidas provisões sempre que tal se revele necessário para cobrir o risco presente de perda futura de valor de um ativo ou seja provável ocorrer uma saída de recursos para resolução de uma questão pendente (litígio legal ou afim), desde que o montante em causa seja possível de estimar com um grau de fiabilidade razoável.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Especialização dos exercícios

O Instituto Superior Técnico regista os seus custos e proveitos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, reconhecendo-os à medida que são gerados, independentemente do seu recebimento ou pagamento. As rubricas de "Acréscimos e diferimentos" incluem os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas correspondentes apenas ocorrerão no futuro, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios pela parte que lhes corresponde.

O reconhecimento de proveitos associados às vendas e prestação de serviços e às propinas obedece aos seguintes critérios:

- Vendas e Prestação de serviços: o reconhecimento do proveito ocorre no momento de emissão do respetivo documento suporte, podendo ser ajustado no final do exercício para cumprimento do princípio da especialização dos exercícios;
- Propinas: o reconhecimento do proveito ocorre ao longo do ano letivo.

AL
F
Ca
Jyay
JUS
LGS
JUS
Mij
JUS
Estuer

Financiamento de despesas correntes e de despesas de capital

Os montantes recebidos destinados a financiar despesas correntes são registados como proveito do exercício na rubrica de "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos custos incorridos durante o exercício, independentemente do momento do recebimento dos mesmos, com a exceção das transferências correntes obtidas do Orçamento de Estado, resultantes do orçamento aprovado e subsequentes alterações orçamentais, que são reconhecidas como proveito no exercício em que ocorre o seu recebimento.

Os subsídios recebidos para financiar despesas de capital são diferidos no Balanço, na rubrica de "Proveitos diferidos", sendo depois reconhecidos os proveitos em cada exercício, na proporção idêntica aos encargos anuais com a amortização dos bens subsidiados. Este procedimento tem em vista o reconhecimento do benefício, resultante do uso desses bens nos exercícios em que, fruto do registo das respetivas amortizações, foi reconhecido o seu custo.

Até ao exercício de 2013, o IST registava e reconhecia numa base de caixa os montantes transferidos das entidades financiadoras, refletindo em proveitos diferidos apenas o montante dispendido na aquisição de Imobilizações Corpóreas e compensando a amortização desses mesmos bens em proveitos extraordinários. A partir do corrente ano, a rubrica do ativo devedores por contratos de financiamento regista a totalidade do montante máximo financiável, por contrapartida da rubrica de transferências diferidas. Pelo registo das aquisições de imobilizado corpóreo é regularizada a rubrica de transferências diferidas, por contrapartida da rubrica subsídios para investimento. Numa base anual são reconhecidos proveitos de subsídios, com base nos custos incorridos acrescido dos encargos gerais na percentagem do montante financiado. Numa base anual, a rubrica subsídios para investimento é regularizada pelo valor das amortizações dos respetivos bens de imobilizados corpóreos adquiridos.

No corrente ano relevaram-se os seguintes montantes:

Orçamento Contratado	39.402.962,56
Aquisições Imob.Corpóreas	546.417,77
Custos Diretos	6.130.336,67
Encargos Gerais	518.749,84
Amortizações	341.565,02
Recebimentos	8.456.098,31
Proveitos Correntes	6.649.086,51
Proveitos Extraordinários	428.968,51

Enquadramento fiscal

O Instituto Superior Técnico é uma entidade que goza de isenção parcial do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), uma vez que se encontra sujeito a este imposto apenas por via da retenção na fonte a título definitivo relativamente aos seus rendimentos de aplicação de capitais. O Instituto Superior Técnico não está obrigado a entregar a declaração anual de rendimentos.

8.2.4 COTAÇÕES UTILIZADAS PARA A CONVERSÃO EM EUROS

Os montantes originalmente expressos em outras divisas são convertidos para Euros, ao câmbio do dia em que o ativo ou passivo é transacionado, ou seja, em que passa a ser considerado como pertença ou

obrigação do Instituto Superior Técnico e é, por isso, consequentemente reconhecido nas suas demonstrações financeiras.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas na demonstração dos resultados do exercício, na rubrica "Diferenças de câmbio desfavoráveis" ou "Diferenças de câmbio favoráveis", consoante sejam um custo ou um proveito no exercício.

8.2.7 MOVIMENTOS DO ATIVO IMOBILIZADO

O movimento ocorrido nas rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações acumuladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi o seguinte:

Rubricas	Ativo bruto					Saldo final 31.12.2016
	Saldo inicial 01.01.2016	Regularizações	Aumentos	Abates e Alienações	Autos de Cedência Transf's	
Bens de domínio público:						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	-					-
Outras construções e infra-estruturas	-					-
	-	-	-	-	-	-
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de Investigação e desenvolv.	-					-
Propriedade industrial e outros direitos	-					-
	-	-	-	-	-	-
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	18.122.941,21					18.122.941,21
Edifícios e outras construções	133.023.665,69		421.813,38		21.804,54	133.467.283,61
Equipamento básico	71.401.471,68		1.634.150,54	-288.252,48		72.747.369,74
Equipamento de transporte	91.215,89					91.215,89
Ferramentas e utensílios	574.651,68		18.583,53	-555,00		592.680,21
Equipamento administrativo	5.592.606,20		261.123,66	-15.903,86		5.837.826,00
Outras imobilizações corpóreas	15.274.846,55		25.743,42			15.300.589,97
Imobilizações em curso de imob. corp.	559.084,57	-69.816,63	100.268,70		-21.804,54	567.732,10
Adiantamentos por conta de imob. corp.	-					-
	<u>244.640.483,47</u>	<u>(69.816,63)</u>	<u>2.461.683,23</u>	<u>(304.711,34)</u>	-	<u>246.727.638,73</u>
Investimentos Financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	17.325.800,31	-24.939,89	64.150,00			17.365.010,42
Obrigações e títulos de participação	-					-
Outras aplicações financeiras	-					-
	<u>17.325.800,31</u>	<u>(24.939,89)</u>	<u>64.150,00</u>	-	-	<u>17.365.010,42</u>
	<u>261.966.283,78</u>	<u>(94.756,52)</u>	<u>2.525.833,23</u>	<u>(304.711,34)</u>	-	<u>264.092.649,15</u>

AR JS

Rubricas	Amortizações Acumuladas e Provisões						Saldo final 31.12.2016
	Saldo inicial 01.01.2016	Regularizações	Reforços	Abates e Alienações	Autos de Cedência	Regul. e Transf's	
Bens de domínio público:							
Edifícios e outras construções	-						-
Outras construções e infra-estruturas	-						-
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de Investigação e desenvolv.	-						-
Propriedade industrial e outros direitos	-						-
Imobilizações corpóreas:							
Edifícios e outras construções	68.854.866,12		1.594.319,02				70.449.185,14
Equipamento básico	64.595.538,69		3.034.109,79	-285.458,11			67.344.190,37
Equipamento de transporte	73.634,60		4.697,14				78.331,74
Ferramentas e utensílios	518.418,68		22.221,16	-555,00			540.084,84
Equipamento administrativo	5.271.045,86		159.102,12	-15.903,86			5.414.244,12
Outras imobilizações corpóreas	15.244.103,39		29.164,89				15.273.268,28
Imobilizações em curso de imob. corp.	-						-
Adiantamentos por conta de imob. corp.	-						-
	<u>154.557.607,34</u>	-	<u>4.843.614,12</u>	<u>(301.916,97)</u>	-	-	<u>159.099.304,49</u>
Investimentos Financeiros:							
Partes de capital em empresas do grupo	22.302,70	-22.302,70					-
Obrigações e títulos de participação	-						-
Outras aplicações financeiras	-						-
	<u>22.302,70</u>	<u>(22.302,70)</u>	-	-	-	-	-
	<u>154.579.910,04</u>	<u>(22.302,70)</u>	<u>4.843.614,12</u>	<u>(301.916,97)</u>	-	-	<u>159.099.304,49</u>

Durante o ano efetuou-se uma regularização nas imobilizações em curso referente a equipamento construído pelo IPFN e que já teria sido vendido, pelo que não fazia sentido manter-se em imobilizado em curso.

Foi ainda utilizada a provisão do CPIN para se regularizar a participação que o IST detinha, uma vez que esta entidade foi definitivamente dissolvida durante o ano.

8.2.12 CEDÊNCIAS DE IMOBILIZADO E IMOBILIZADO EM CURSO

Durante 2016, não houve cedências de imobilizado corpóreo de ou para o Instituto Superior Técnico.

Em 31 de dezembro de 2016, o imobilizado em curso do Instituto Superior Técnico, incluía as seguintes obras:

Obra em curso	Valor a 31.12.2016
PROJETO ALAMEDA	217.448,37
PROJETO CANTINA TAGUSPARK	119705
EMPREITADA PROSPECCAO NA ESTRUTURA DA GARE DO ARCO CEGO	20152525
AQUISICAO DE PLANOS, ESTUDOS E PROJECTOS DA OBRA DO ARCO CEGO	20152527
EMPREITADA DE EXECUCAO DE ATRAVESSAMENTO NO PAVILHAO CENTRAL	20161928
REMODELACAO DO LABORATORIO DE TECNOLOGIA MECANICA NO PAV FISICA ALAMEDA	20161929
EMPREITADA EXECUCAO DO ISTART LAB NO PAV MATEMATICA DA ALAMEDA	20161930
REABILITACAO DO LABORATORIO DE COMPOSITOS NO PAV MECANICA II DA ALAMEDA	20161931
REABILITACAO DE ESPACOS NO PAV QUIMICA DO CTN	20161932
PLANOS E ESTUDOS E PROJECTO DA RECONVERSAO GARE DO ARCO CEGO	20161933
ELABORACAO DO PROJECTO DE ESCAVACAO CONTECÇÃO PERIFERICA DA GARE DO ARCO	20161934
ESTUDO GEOTECNICO E GEOLOGICO DA GARE DO ARCO CEGO	20161935
ALTERACAO AOS PROJECTOS ESPECIALIDADES DA GARE DO ARCO CEGO	20161936
	<u>27.139,95</u>
	<u>567.732,10</u>

8.2.16 PARTES DE CAPITAL EM ENTIDADES PARTICIPADAS

Em 31 de dezembro de 2016, o valor das participações em entidades participadas apresenta-se como segue:

Entidade Participada	Sede	Participação detida		Balço da Entidade Participada 31.12.2016	
		%	Valor	Capital próprio	Resultado líquido
TAGUS PARK	Oeiras	12,64% *	7.176.194,28	56.773.688,93	687.894,16
INESC	Lisboa	33,00%	4.456.821,27	13.505.519,00	679.051,00
LISPOLIS	Lisboa	7,30%	87.500,00		
FUND PORTUGAL AFRICA	Porto	0,04%	4.987,98		
INESC-ID	Lisboa	51,00%	558.560,64	1.095.216,85	59.567,21
OPEN	Lisboa	0,01%	5.000,00		
FUNDEC	Lisboa	5,95%*	10.735,35	180.353,85	4.803,80
LOGICA E.M.	Moura	5,00%	5.000,00		
CENTROHABITAT	Tamengos		1.000,00		
POOL NET	Marinha Grande	1,35%	500,00		
	Eindhoven, Países				
KIC INNOENERGY SE	Baixos		10.000,00		
IST ID	Lisboa	50,00%	5.048.211,30	4.696.422,60	367.698,12
KIC INNOENERGY IBERIA SL	Barcelona		500,00		

* Apesar da participação do capital ser inferior a 20%, o IST detém o controlo de gestão

8.2.23 VALOR DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de dezembro 2016, as dívidas a receber de cobrança duvidosa ascendem ao montante de 2.146.952,14 euros, estão relevadas na rubrica "Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa" (1.944.192,16€) e "Outros devedores" (202.759,98€) e são ajustadas, de acordo com os critérios mencionados na Nota 8.2.3.

8.2.24 VALORES RESPEITANTES AO PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2016, o montante a receber do pessoal, no valor de 51.693,85 euros, encontra-se evidenciado na rubrica de "Outros devedores – curto prazo". Este montante respeita essencialmente a guias de reposição de vencimentos pagos a mais e ainda não repostos e a adiantamentos de salários e por conta de despesas efetuadas ao serviço do Instituto Superior Técnico.

8.2.26 DÍVIDAS EM MORA AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016, não existem dívidas em mora ao Estado, Segurança Social ou a outro organismo estatal.

8.2.27 DÍVIDAS A TERCEIROS A LONGO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2016, não existem dívidas a terceiros há mais de cinco anos.

8.2.29 AVALES E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2016, o Instituto Superior Técnico detinha as seguintes garantias prestadas a terceiros:

Handwritten notes and signatures on the right margin, including "AT JS", "C", "Jury", "100", "LGS", "JUS", "mig", "RLO", and "Fateer".

<u>Tipo de garantia</u>	<u>Saldo inicial 01.01.2016</u>	<u>Concedidas no ano</u>	<u>Canceladas no ano</u>	<u>Saldo final 31.12.2016</u>
Avaes internos				-
Avaes externos				-
Garantias reais				-
Outras garantias	64.698,58			64.698,58
	<u>64.698,58</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>64.698,58</u>

AK J
C.
LGS
JMS

8.2.31 MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DE PROVISÕES

O movimento ocorrido nas rubricas de provisões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi o seguinte:

<u>Código das contas</u>	<u>Designação</u>	<u>Provisões</u>			<u>Saldo final 31.12.2016</u>
		<u>Saldo inicial 01.01.2016</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Reversões</u>	
19	Provisão para aplicações tesouraria	-			-
291	Provisão para cobranças duvidosas	2.506.489,97	176.417,38	(535.955,22)	2.146.952,13
292	Provisão para riscos e encargos	100.000,00			100.000,00
39	Provisão para depreciação de exist.	-			-
49	Provisão para investim. financeiros	22.302,70		(22.302,70)	-
		<u>2.628.792,67</u>	<u>176.417,38</u>	<u>(558.257,92)</u>	<u>2.246.952,13</u>

LGS
JMS

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica "Provisão para cobranças duvidosas" apresentava a seguinte composição:

<u>Cobranças duvidosas</u>	<u>31.12.2016</u>
Dívidas de alunos	161.918,46
Dívidas de clientes e utentes	1.985.033,68
	<u>2.146.952,14</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica "Provisão para riscos e encargos" apresentava a seguinte composição:

<u>Riscos e encargos</u>	<u>31.12.2016</u>
Processo AT - IVA	100.000,00
	<u>100.000,00</u>

O aumento registado na rubrica de "Provisão para cobranças duvidosas", no montante de 148.473,92 euros respeita, essencialmente a dividas superiores a um ano de clientes e alunos do ano letivo 2014/2015.

A redução registada na rubrica de "Provisão para cobranças duvidosas", no montante de 508.011,75 euros respeita, essencialmente a regularizações de dívidas antigas dos clientes por prescrição do prazo de 12 anos, não evidencia da prestação de serviços e ainda por encerramento, insolvência dos mesmos.

8.2.32 MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DE FUNDO PATRIMONIAL

O movimento ocorrido nas rubricas de fundo patrimonial durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi o seguinte:

Código das contas	Designação	Fundo Patrimonial					Saldo final 31.12.2016
		Saldo inicial 01.01.2016	Regularizações	Aumentos	Diminuições	Aplicação de Resultado	
51	Património	22.464.530,10					22.464.530,10
55	Ajustamentos em partes de capital	14.757.863,48			(461.400,53)		14.296.462,95
574	Reservas livres	1.835.576,26					1.835.576,26
575	Subsídios	-					-
576	Doações	3.091.537,14		434,32			3.091.971,46
577	Reservas decorrentes transf ^o ativos	-					-
59	Resultados transitados	22.674.532,71	(69.816,63)			(1.942.058,61)	20.662.657,47
88	Resultado líquido do exercício	(1.942.058,61)		939.506,87		1.942.058,61	939.506,87
		<u>62.881.981,08</u>	<u>(69.816,63)</u>	<u>939.941,19</u>	<u>(461.400,53)</u>	<u>-</u>	<u>63.290.705,11</u>

O resultado líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no valor negativo de 1.942.058,61 euros, foi transferido para a rubrica de Resultados transitados.

A regularização de 69.816,63 euros evidenciada na rubrica de Resultados transitados refere-se à correção ao imobilizado do IPFN que já foi atrás referida.

A diminuição de 461.400,53 euros na rubrica de Ajustamentos em partes de capital decorre da aplicação do MEP às entidades participadas, conforme nota 8.2.16.

8.2.33 DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi determinado como segue:

Designação	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	-	-
Compras	31.338,94	247.841,46
Regularização de existências		
Existências finais	<u>31.338,94</u>	<u>247.841,46</u>

As compras de Mercadorias, referem-se na sua totalidade a compra de livros para revenda, as compras de Matérias-Primas são basicamente produtos de laboratório.

8.2.35 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ATIVIDADE

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor líquido das vendas e das prestações de serviços apresenta a seguinte composição:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Vendas		
Fotocópias, impressos e publicações	64.168,57	80.531,03
Cadernos de encargos	55,31	85,00
Material de escritorio	3.560,81	10.451,42
Livros e documentação técnica	119.324,18	162.831,90
Bens inutilizados		99,35
Material Ludico e didatico		707,14
Outros bens	(6.129,74)	98.678,73
	<u>180.979,13</u>	<u>353.384,57</u>
Prestações de serviços		
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	935.530,10	1.263.078,00
Reparações		
Assistência técnica	(139,49)	
Serviços de laboratório	1.564.417,28	1.455.000,25
Vistorias e ensaios		(1.661,20)
Patrocinios	258.688,23	275.204,97
Cursos	(6.492,64)	
Recolha e eliminação de radioativos	31.852,12	3.685,98
Outros serviços prestados	403.625,56	628.309,28
Ações de formação	357.855,97	395.601,11
Seminários e Congressos	372.182,69	492.079,34
Atividades científicas	145.640,02	188.443,40
Ensino	723.737,92	953.280,92
Serviços prestados ao exterior (estudos, pareceres, etc.)	262.209,12	388.948,11
	<u>5.049.106,88</u>	<u>6.041.970,16</u>
	<u>5.230.086,01</u>	<u>6.395.354,73</u>

A quebra acentuada que se verificou nas vendas, em particular, nas rubricas de “Fotocópias, impressos e publicações”, “Livros e documentação técnica” e “outros bens” decorre da anulação de dívida antiga de clientes por contrapartida de menos proveitos do ano – procedimento adotado por indicação da DGO.

As prestações de serviços registaram igualmente uma redução expressiva decorrente de um menor volume de atividade, bem como da anulação de dívida referida acima, cuja contrapartida também teve impacto nesta conta.

8.2.37 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os resultados financeiros decompõem-se como segue:

Código das contas	Designação	31.12.2016	31.12.2015
Custos e perdas			
681	Juros suportados	948,73	22,61
682	Perdas em entidades ou subentidades		60.587,38
683	Amortizações de investimentos em imóveis		
684	Provisões para aplicações financeiras		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	12,16	55,62
687	Perdas na alienação de apl. de tesouraria		
688	Outros custos e perdas financeiros	43.007,16	37.485,29
		<u>43.968,05</u>	<u>98.150,90</u>
	Resultados Financeiros	<u>486.529,59</u>	<u>(33.252,84)</u>
		<u>530.497,64</u>	<u>64.898,06</u>
Proveitos e ganhos			
781	Juros obtidos		84,91
782	Ganhos em entidades ou subentidades	525.550,93	57.765,26
783	Rendimentos de imóveis		
784	Rendimentos de participações de capital		
785	Diferenças de câmbio favoráveis	4.946,71	7.047,89
786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
787	Ganhos na alienação de apl. de tesouraria		
788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
		<u>530.497,64</u>	<u>64.898,06</u>

O proveito de 525.550,98 euros evidenciado na rubrica de "Ganhos em entidades ou subentidades", deriva, essencialmente, da aplicação do MEP às entidades associadas.

A redução que se verificou na rubrica de "Juros obtidos", deriva, essencialmente, de as contas à ordem terem deixado de ser remuneradas.

8.2.38 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os resultados extraordinários decompõem-se como segue:

Código das contas	Designação	31.12.2016	31.12.2015
Custos e perdas			
691	Transferências de capital concedidas	756.093,37	1.101.564,60
692	Dívidas incobráveis	-	-
693	Perdas em existências	-	-
694	Perdas em imobilizações	5.868,06	1.642,30
695	Multas e penalidades	24.515,94	219,50
696	Aumentos de amortizações e provisões	-	-
697	Correções relativas a exercícios anteriores	549.726,19	1.668.246,88
698	Outros custos e perdas extraordinárias	51.936,51	4.519,07
		<u>1.388.140,07</u>	<u>2.776.192,35</u>
	Resultados Extraordinários	<u>2.836.540,94</u>	<u>2.356.109,41</u>
		<u>4.224.681,01</u>	<u>5.132.301,76</u>
Proveitos e ganhos			
791	Restituição de impostos	-	-
792	Recuperação de dívidas	-	-
793	Ganhos em existências	-	-
794	Ganhos em imobilizações	3.280,00	5.000,00
795	Benefícios de penalidades contratuais	-	-
796	Redução de amortizações e de provisões	535.955,22	1.136.964,42
797	Correções relativas a exercícios anteriores	448.442,83	494.788,29
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	3.237.002,96	3.495.549,05
		<u>4.224.681,01</u>	<u>5.132.301,76</u>

A rubrica "Correções relativas a exercícios anteriores", nos custos inclui o montante de 429.449,99 euros correspondente a restituições a entidades financiadoras, o montante de 97.172,56 euros correspondentes a notas de crédito de receitas de anos anteriores e o montante de 23.103,64 euros referente despesas de anos anteriores. A mesma rubrica nos proveitos inclui o montante de 345.640,92 euros correspondentes a receitas de anos anteriores, o montante de 96.986,30 euros, correspondente a reposições não abatidas nos pagamentos e o montante de 5.815,61 euros correspondente a anulação despesa de anos anteriores.

A rubrica "Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários" incluem 3.178.993,24 euros correspondentes ao reconhecimento no exercício dos proveitos para compensar os custos relacionados com as amortizações do ano de 2015, relativas a imobilizações corpóreas com subsídios associados.

8.2.39 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica disponibilidades decompõe-se como segue:

Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including initials 'AK', 'LGS', 'JMS', 'Luis', 'RCP', and 'Fz hcp'.

<u>Designação</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Numerário	9.303,08	7.505,83
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	17.300.772,18	10.499.890,59
Depósitos a prazo	-	-
Outras aplicações de tesouraria	-	-
	<u>17.310.075,26</u>	<u>10.507.396,42</u>
Descoberto bancário	-	-

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de Estado e outros entes públicos decompõem-se como segue:

<u>Designação</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Saldos devedores		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenções de impostos sobre rendimentos	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-
Contribuições para a Segurança social/ CGA/ADSE	152,92	13.686,76
Restantes impostos	-	-
	<u>152,92</u>	<u>13.686,76</u>
Saldos credores		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenções de impostos sobre rendimentos	1.206.736,70	1.079.630,21
Imposto sobre o valor acrescentado	311.960,06	352.777,85
Contribuições para a Segurança social/ CGA/ADSE	134.946,59	4.321,65
Restantes impostos	71,00	71,00
	<u>1.653.714,35</u>	<u>1.436.800,71</u>

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de Acréscimos e diferimentos decompõem-se como segue:

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including initials 'AR', 'CE', 'Crey', 'LGS', 'JMS', and other illegible signatures.

Designação	31.12.2016	31.12.2015
Acréscimos e diferimentos ativos		
Acréscimos de proveitos:		
Juros a receber	-	-
Propinas a receber	-	1.067,85
Pedidos de pagamento - Projetos	-	-
Prestação de serviços	-	-
Bolsas FCT	-	-
Subsídios à exploração	-	-
Outros acréscimos de proveitos	<u>351.815,80</u>	<u>509.150,82</u>
	<u>351.815,80</u>	<u>510.218,67</u>
Custos diferidos:		
Livros e documentação técnica	109,80	231,25
Seguros pagos antecipadamente	13.444,33	7.252,20
Trabalhos especializados	2.204,05	5.759,45
Software (Licenças)	4.781,51	15.575,74
Outros custos diferidos	<u>32.756,14</u>	<u>47.079,25</u>
	<u>53.295,83</u>	<u>75.897,89</u>
	<u>405.111,63</u>	<u>586.116,56</u>
Acréscimos e diferimentos passivos		
Acréscimos de custos:		
Seguros a liquidar	5.524,29	1.707,76
Remunerações a liquidar	9.162.682,32	8.789.736,51
Encargos de instalações	292.627,44	194.699,83
Comunicações	2.452,70	3.332,70
Honorários	40.525,03	7.894,00
Trabalhos especializados	17.754,26	20.975,94
Outros acréscimos de custos	<u>581.066,72</u>	<u>408.879,09</u>
	<u>10.102.632,76</u>	<u>9.427.225,83</u>
Proveitos diferidos:		
Prestação de serviços	-	-
Subsídios à exploração	-	-
Subsídios para investimentos	46.619.333,55	46.109.296,99
Propinas	7.265.290,63	7.094.491,68
Projetos de investigação	27.732.675,42	18.594.771,81
Outros proveitos diferidos	<u>171.012,02</u>	<u>73.280,35</u>
	<u>81.788.311,62</u>	<u>71.871.840,83</u>
	<u>91.890.944,38</u>	<u>81.299.066,66</u>

A rubrica de "Outros acréscimos de proveitos", no montante de 351.815,80 euros respeita, essencialmente, a afetação no ano 2016 dos custos de estrutura referentes ao 2º semestre de 2016 faturados em 2017.

A rubrica de "Remunerações a liquidar", no montante de 9.162.682,32 euros respeita, essencialmente, a afetação no ano 2016 dos custos de pessoal com férias e subsídio de férias a pagar em 2017.

O aumento acentuado que se verificou na rubrica de “Remunerações a liquidar”, deriva, essencialmente, da reposição total dos cortes salariais, a refletir no pagamento das férias e subsídio de férias no mês de junho de 2017.

O aumento acentuado que se verificou na rubrica de “Projetos de investigação”, deriva, essencialmente, da inscrição do máximo de financiamento de novos contratos de investigação com entidades financiadoras deduzido da execução efetuada no corrente ano.

SALDOS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016, as principais rubricas de terceiros apresentavam a seguinte decomposição:

<u>Cientes c/c</u>	<u>Valor a 31.12.2016</u>
Saldos devedores	
AGUAS DO ALGARVE SA	93.738,67
FRESENIUS MEDICAL CARE PORTUGAL S A	90.406,32
INESC-ID - INST. ENG. SISTEMAS COMP. INV. DESENVOL	81.337,92
CENTRO HOSPITALAR LISBOA OCIDENTAL,EPE	74.282,64
NAREST SOC NACIONAL DE RESTAURAÇÃO LDA	70.526,95
CNPQ-CONSELHO N. DE DESENVOLVIMENTO C.TECNOLOGICO	67.865,36
PARTEX SERVICES PORTUGAL SA.	50.555,46
ENSILIS-EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO UNIPessoal LDA	50.000,00
CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, EPE	39.388,30
ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS AGUA E RESIDUOS	37.761,00
ACSS - ADMINISTRACAO CENTRAL SISTEMA DE SAUDE, IP	36.900,00
SUCH	33.223,83
A. MUTUA FINANCEIRA LIVRE AMADORES PESCA GERAL	33.210,00
IST-ID	30.090,45
CERN	24.931,48
SUMOL+COMPAL MARCAS, S.A.	24.671,09
CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA CENTRAL, EPE	23.963,43
HOVIONE - FARMACIENCIA SA	23.070,84
CUF - QUIMICOS INDUSTRIAIS	22.846,02
AGENCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE	21.525,00
BANCO BPI, SA	21.148,62
ELSEVIER	20.000,00
Outros (saldos inferiores a 20.000 euros)	886.162,43
	<u>1.857.605,81</u>

AL JS
Ca
Clyey
LGS
JMS
Mug
LCP
F. t. 200
/

Outros devedores	Valor a 31.12.2016
PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO	24.396.967,91
STICHTING MARITIME RESEARCH INSTITUUT NETHERLANDS	121.860,00
SITAF - INVESTIGAÇÃO DESENV. TECNOL. AVANÇ. FORMAÇ	96.488,78
ENTIDADES GUIAS REPOSICAO (CONT. CENTRAL)	46.555,13
ESTALEIROS NAVAIS DO MONDEGO, AS	40.776,53
C. E. COMUNIDADE EUROPEIA	38.216,29
THALES PORTUGAL, SA	35.000,00
FUNDACAO EDP	29.400,00
BANCO BPI, SA	24.939,89
Outros (saldos inferiores a 20.000 euros)	367.827,62
	<u>25.198.032,15</u>

Fornecedores c/c	Valor a 31.12.2016
SCHMITT - ELEVADORES, LDA	33.766,70
IESE - INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONOMICOS	21.448,13
MEDIFIDES - PREST.SERVICOS MED.MEDICO-DENTARIOS LD	13.298,55
ENGENHOTEC-ENG. PROD. PROTOTIPAGEM, SOC UNIP., LDA	11.531,25
ATITUDESPERADA - UNIPessoal LDA	6.814,20
POLICIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	6.455,06
ISQ E-LEARNING TECNOLOGIA E INOV. NA FORMAÇÃO, SA	6.150,00
ARTIMATICA ARTIGOS INFORMATICA LDA	6.113,10
NORMAX - FABRICA DE VIDROS CIENTIFICOS, LDA	6.018,73
MBA - MARKETING E BRINDES ASSOCIADOS, LDA.	6.003,03
UNIVERSIDADE DE COIMBRA	5.967,74
UNIVERSIDADE DO PORTO	5.967,74
SOCIEDADE PORTUGUESA DE AR LIQUIDO	5.686,95
PAM - SERVICOS TECNICOS INDUSTRIAIS, LDA	5.419,38
Outros (saldos inferiores a 5.000 euros)	141.445,68
	<u>282.086,24</u>

Outros credores	Valor a 31.12.2016
CAUÇÕES FORNECEDORES OBRAS	121.879,87
UTENTES RESIDENCIAS - CAUÇÕES	56.525,00
AEIST - ASSOCIACAO DOS ESTUDANTES DO IST	46.557,90
VPO ENGENHARIA E OBRAS PUBLICAS	22.030,64
CIMPOR - INDUSTRIA DE CIMENTOS S.A.	18.597,35
ISINET - INTEGRACAO E SERVICOS INFORMATICOS, LDA	17.392,42
CEVAQOE -LAB DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LDA	8.587,63
J.LOUREIRO & FILHOS, LDA - SOC. DE CONSTRUÇOES	6.346,69
ENGITETRA-CONSTRUÇÕES, LDA.	6.125,40
BETONIT, LDA	5.770,44
ENGAVAC - ENGª. EDIFICIOS, LDA	5.711,09
LUIS MALHEIRO - CONS. ENGENHARIA UNIPessoal LDA	5.680,77
INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA	5.138,90
Outros (saldos inferiores a 5.000 euros)	90.234,93
	<u>416.579,03</u>

AK FS
Ce.
Oxy
LGS
SMS
LGS
LGS
Faturado

IMPOSTOS E TAXAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Impostos e taxas decompõe-se como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Taxas		
Propinas		
1º ciclo	2.712.381,41	2.713.333,45
2º ciclo	1.564.343,82	1.316.718,25
3º ciclo	1.198.486,23	1.339.472,97
Mestrado integrado	6.745.637,77	7.093.305,35
Internacional	-	21.079,72
Outras propinas	211.280,32	224.035,22
Taxas de matrícula	515.707,08	362.946,94
Taxas de exames	112.615,65	81.767,38
Taxas de melhorias de notas	18.655,00	18.739,15
Seguro escolar	2.309,66	11.314,24
Resíduos radioativos	22.238,35	32.890,04
Outras taxas	28.501,38	49.875,92
Multas	8.602,22	13.250,00
Emolumentos	334.550,88	478.278,62
Outras penalidades	-	5,00
Outros		
	<u>13.475.309,77</u>	<u>13.757.012,25</u>

PROVEITOS SUPLEMENTARES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica proveitos suplementares decompõe-se como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Analises clinicas e atividades de saude	339.053,90	351.596,42
Residências - Alojamento	488.552,90	506.303,66
Aluguer de equipamento	3.517,69	5.965,84
Aluguer de instalações		
Aluguer de salas	425.081,65	472.929,49
Aluguer de habitações		
Aluguer de instalações desportivas		
Aluguer de outros espaços		
Parque de estacionamento		
Outros alugueres		
Marcas e patentes	27.270,68	15.405,04
Reembolso de ajudas de custo	3.456,00	13.881,60
Custos de estrutura	652.030,06	948.337,58
Outros proveitos não especificados	126.395,29	399.816,42
Outros proveitos suplementares	106.811,00	98.934,16
	<u>2.172.169,17</u>	<u>2.813.170,21</u>

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right side of the page, including initials 'AF JS', 'LGS', 'JMS', and 'Fature'.

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Transferências e subsídios correntes decompõe-se como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Transferências e subsídios correntes		
Financiamento do Estado	52.751.114,00	49.876.900,33
Setor público	5.026.761,58	5.041.346,70
Setor privado	1.153.531,80	1.020.490,01
Exterior	10.297.862,97	8.873.682,47
Outras transferências		
	<u>69.229.270,35</u>	<u>64.812.419,51</u>

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Fornecimento e serviços externos decompõe-se como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Subcontratos	2.871.587,10	3.326.486,07
Eletricidade	2.090.670,92	2.154.783,46
Combustíveis	29.268,77	33.282,09
Água	394.310,45	515.219,38
Outros Fluidos	120.863,67	148.406,15
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	592.043,85	736.892,35
Livros e documentação técnica	21.124,28	7.933,55
Material de escritório	218.801,57	314.657,34
Artigos para oferta	25.337,00	20.063,97
Rendas e alugueres	380.244,47	552.117,48
Despesas de representação		
Comunicação	136.521,06	154.272,64
Seguros	42.636,64	25.801,82
Royalties	299.312,23	282.623,89
Transportes de mercadorias		
Transportes de pessoal	189.923,14	183.517,73
Deslocações e estadas	1.007.642,81	1.056.420,25
Comissões		
Honorários	366.685,14	333.894,79
Contencioso e notariado	1.557,84	4.880,05
Conservação e reparação	331.135,89	332.529,53
Publicidade e propaganda	26.576,81	38.590,31
Limpeza, higiene e conforto	1.211.933,16	1.074.901,87
Vigilância e segurança	1.043.642,42	943.078,34
Trabalhos especializados	1.786.259,22	2.027.952,11
Lúdico e didático	3.808,00	14.542,46
Publicações on-line		
Consumíveis laboratoriais		
Inscrições em congressos e seminários		
Outros fornecimentos e serviços	<u>610.089,69</u>	<u>701.336,16</u>
	<u>13.801.976,13</u>	<u>14.984.183,79</u>

CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Custos com o pessoal decompõe-se como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Remunerações do Pessoal - remuneração base		
Cont.Trab. em regime Funções Públicas	42.220.760,61	40.342.390,46
Contratos de Trabalho	848.898,17	1.147.991,94
Outro pessoal	<u>24.000,99</u>	<u>17.190,31</u>
	<u>43.093.659,77</u>	<u>41.507.572,71</u>
Remunerações do Pessoal - outras remunerações		
Subsídio de férias e de Natal	7.354.695,97	7.076.164,00
Suplementos de remunerações	3.896.875,21	3.860.918,61
Prestações sociais diretas	<u>287.990,90</u>	<u>233.068,92</u>
	<u>11.539.562,08</u>	<u>11.170.151,53</u>
Outros		
Pensões e prémios para pensões	850,60	13.275,47
Encargos sobre remunerações	12.036.444,01	11.538.743,35
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais		
Encargos sociais voluntários	38.433,70	34.477,86
Formação	138.592,87	119.481,45
Outros custos com o pessoal		
	<u>12.214.321,18</u>	<u>11.705.978,13</u>
Total	<u>66.847.543,03</u>	<u>64.383.702,37</u>

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Transferências correntes concedidas decompõe-se como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Transferências correntes concedidas e prestações sociais		
Setor público	335.587,12	271.940,18
Setor privado	99.037,09	32.655,20
Famílias	4.487.110,71	5.091.974,71
Exterior	1.002.041,62	740.167,19
Outras	<u>250.038,20</u>	<u>217.069,93</u>
	<u>6.173.814,74</u>	<u>6.353.807,21</u>

